



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 24 DE JUNHO DE 2021.

Ao vigésimo quarto (10º) dia do mês de junho de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e vinte minutos (8h20), iniciou-se a décima primeira (11ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca. Devido a situação de emergência em saúde pública da COVID-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na plataforma de videoconferência do Google Meet, conforme recomendações e orientações normativas. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião dezessete (17) conselheiros(as), sendo dez (10) da Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com (as)os seguintes

Conselheiros(as) Titulares: Rute Alves Silveira, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Yheda Maria Lanes Gaioli, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Carlos Eduardo dos Santos, Maria Aparecida Moraes Oliveira, Jandira de Almeida Ramos, Jussara Barreto, Andréa Fernanda de Faria e Sousa e Leandro Ferreira. **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Geraldine Garcia Fuga Menezes e Irene da Conceição Silva. **Conselheiros Suplentes:** Claudia Maria Fragoso Cerqueira, Luzia Regina Alves, Wagner José de Oliveira e Éder Furtado Ribeiro. A reunião contou com a participação de diversos convidados da rede socioassistencial e outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 – Ordem do dia: – Chamada e Verificação de quorum; – Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes. 2. Deliberação sobre a Ata da 10ª Reunião Ordinária do CMAS (10.06). 3. Aprovação da pauta. 4. Assuntos – 4.1 – Apresentação de Proposta de Pesquisa de Iniciação Científica junto aos conselheiros (estudante da UNESP); 4.2 – Devolutiva do Presidente sobre Audiência com Promotoria, Conselhos, Gestão e Drads – cofinanciamento da Assistência social; 4.3 – Devolutiva sobre reunião da Comissão Conjunta de Conselhos (CMAS, CMS, COMUPI, CMPCD e CMS) sobre requisição do MP – demandas reprimida para atendimento com fraldas; 4.4 – Deliberação do CMAS sobre alteração no PMAS – Estado - 2021 - execução do serviço de acolhimento em família acolhedora em parceria com Organização da Sociedade Civil – OSC, por meio de Chamamento Público. 5. Informes – 5.1 – Reunião Preparatória da Conferência com trabalhadores, conselheiros, usuários – HOJE (24.06) – após a reunião ordinária; 5.2 – Abertura Oficial da XII Conferência Municipal de Assistência Social – dia 30 de junho – 19h – Plataforma Google Meet. O Presidente Óiter iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros e convidados presentes e passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia Faciroli Vergara, que pediu desculpas pelo atraso no início da reunião, justificando que aguardava o Setor de Informática da Prefeitura abrir a sala da reunião pela Plataforma Google Meet “paga”, o que não ocorreu. Desta forma, houve a necessidade de abrir uma reunião pela plataforma gratuita e enviar o novo link para todos os participantes. Feitos a explicação, realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum e a presença de treze (13) conselheiros(as) titulares ou suplentes na titularidade. Em seguida foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Clóves Plácido Barbosa e Sílvia Helena Bertolino dos Santos. Maria Amélia confirmou também o quórum necessário de leitura antecipada das atas da 10ª Reunião Ordinária do exercício de 2021, que foi aprovada com pequenas alterações na redação. Logo após, a primeira-secretária, Jussara Barreto, fez a leitura da pauta, que foi aprovada com a inclusão do item 4.4. Assim, iniciou-se a



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

37 discussão dos assuntos da pauta. **4.1 – Apresentação de Proposta de Pesquisa de Iniciação Científica junto aos**
38 **conselheiros (estudante da UNESP);** Óiter iniciou o assunto e passou a palavra para Lucas Costa, estudante de
39 direito da Unesp, que apresentou as questões do formulário a serem respondidas e o termo de consentimento a ser
40 assinado, solicitando apoio dos conselheiros titulares do CMAS para participarem dessa pesquisa, que busca coletar
41 informações a respeito da percepção dos conselheiros sobre o funcionamento e efetividade do conselho nos últimos
42 anos. Alguns conselheiros, parabenizaram a iniciativa do estudante Lucas. O presidente Óiter solicitou que os
43 conselheiros participem da pesquisa e informou que o link da pesquisa será enviado por email. Assim seguiu-se ao
44 item **4.2 – Devolutiva do Presidente sobre Audiência com Promotoria, Conselhos, Gestão e Drads –**
45 **cofinanciamento da Assistência social;** Óiter informou que participou, enquanto representante do CMAS, de algumas
46 audiências com o Ministério Público, através do Promotor Paulo Borges, para tratar da demanda reprimida para o
47 Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva, na qual também participaram: a Gestora da Assistência Social;
48 representantes do CMPCD e o presidente da FEJI. Em uma destas reuniões a Gestora apresentou dificuldades
49 relacionadas ao repasse adequado de recursos pelos entes federados para o cofinanciamento dos serviços
50 socioassistenciais. Assim, o Ministério Público convocou representantes da DRADS para que participassem de uma
51 reunião ampliada para elucidar sobre o cofinanciamento estadual. A reunião aconteceu no último dia 16 de junho e
52 estiveram presentes, além da equipe da gestão, conselhos e entidade, representantes da DRADS e da Secretaria
53 Estadual de Desenvolvimento Social. Na ocasião, a gestão apresentou os dados atualizados sobre a demanda
54 reprimida para Residência Inclusiva, bem como, um quadro com os valores de cofinanciamento do Município, Estado
55 e União, destacando a disparidade de aplicação de recursos entre os entes. Foi pontuado que o Estado não reajusta os
56 valores desde 2016 e a União tem repassado apenas 40% do previsto. O promotor fez alguns questionamentos aos
57 representantes do Estado, em especial com relação às residências inclusivas regionalizadas, pontuando que a região de
58 Franca já deveria ter esse serviço regionalizado, em razão da demanda e da quantidade de municípios que compõe
59 essa regional. Após pontuações e explicações da representante da SEDS e da DRADS, definiu-se por realizar uma
60 nova reunião entre a Gestão, DRADS e conselhos para discutir e buscar estratégias. O promotor sugeriu ainda que o
61 município faça uma representação junto ao Ministério Público Federal, através da Procuradoria Jurídica Municipal,
62 em razão da redução dos repasses de recursos da União. Sem mais comentários passou-se ao item **4.3 – Devolutiva**
63 **sobre reunião da Comissão Conjunta de Conselhos (CMAS, CMS, COMUPI, CMPCD e CMS) sobre requisição do**
64 **MP – demandas reprimida para atendimento com fraldas;** O Presidente Óiter informou que o CMAS recebeu um
65 Ofício da Promotoria da Saúde, cujo Promotor é o Dr. Túlio, onde constam alguns questionamentos, dentre eles o
66 item “c)”, que aborda sobre a possibilidade de realização de um levantamento da demanda reprimida de fraldas. A
67 Comissão Conjunta acordou em oficiar o Secretário de Saúde, com cópia ao MP, requisitando esse levantamento, e
68 em outra vertente, oficiar também as instituições que prestam atendimento a idosos e pessoas com deficiência, para
69 que apresentem as demandas por atendimento com fraldas, entre seus usuários. De posse destes dados, o conselho
70 poderá responder o Ministério Público. Maria Amélia complementou informando que em janeiro de 2021 houve
71 alteração na Resolução da Secretaria de Saúde, que trata do atendimento com fraldas, e em março, o promotor já
72 havia solicitado parecer do conselho sobre as alterações realizadas. Disse que os conselhos estão no processo de



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

73 análise, avaliação e apresentação de parecer. Cidinha questionou sobre o estudo e sugestões realizadas pelos
74 Conselhos anteriormente para que usem como base dessa avaliação e Maria Amélia informou que a comissão
75 ampliada já está fazendo esse trabalho, comparando com o que foi proposto pelos conselhos. Pontuou que dentre as
76 alterações na nova resolução, verifica-se que foi acatado o item sobre a não obrigatoriedade do usuário de se inscrever
77 no Cadastro Único para acesso às fraldas. Contudo foi estabelecido um critério de renda a ser avaliado pela Assistente
78 Social da Saúde, e considerando que a saúde é um direito universal a comissão fará considerações sobre esse novo
79 critério. Maria Amélia informou que as mesas diretoras compõe essa comissão ampliada de conselhos e convidou a
80 Cidinha e outros interessados para essa análise da resolução. Seguiu-se ao item **4.4 – Deliberação do CMAS sobre**
81 **alteração no PMAS – Estado - 2021 - execução do serviço de acolhimento em família acolhedora em parceria com**
82 **Organização da Sociedade Civil – OSC, por meio de Chamamento Público;** Óter deu início ao assunto e passou a
83 palavra para Jandira, representante da gestão. Jandira explicou que, conforme já é de conhecimento do colegiado,
84 houve um processo de chamamento público para execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que
85 anteriormente era de execução direta pela Prefeitura, e com a conclusão do processo, esse serviço passará a ser
86 executado por uma OSC, a ADEFI. Disse que o chamamento incluiu também o Serviço de República para Jovens
87 Egressos de Serviço de Acolhimento Institucional. O próximo passo é solicitar à DRADS a abertura do PMAS para
88 alterar a execução, incluir o novo serviço e realizar as devidas adequações referentes aos recursos. Destacou que o
89 orçamento 2021 para execução desses dois serviços foi aprovado pelo CMAS, sendo R\$41.400,00 (quarenta e um mil
90 e quatrocentos reais) que já constava como recurso estadual definido para o Serviço de Acolhimento em Família
91 Acolhedora, além de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) que o município recebeu do Estado no final de
92 2020 e que ficou definido para compor o orçamento desses dois chamamentos. O valor total previsto, de junho a
93 dezembro, será de R\$278.484,19 (duzentos e setenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e dezenove
94 centavos), ficando um saldo de R\$12.915,81 (doze mil, novecentos e quinze reais e oitenta e um centavos). Jandira
95 informou também que o piso do serviço de Família Acolhedora é de R\$1.120,00 (um mil cento e vinte reais) e o piso
96 do Serviço de República de R\$1.420,00 (um mil quatrocentos e vinte reais). Pontuou que o colegiado deverá deliberar
97 sobre esse item e caso aprovado a ata deverá ser encaminhada à DRADS para solicitação de abertura do PMAS. Tina
98 solicitou a palavra e fez uma observação da necessidade dos conselheiros estarem sempre atentos às propostas de
99 deliberação que são apresentadas, pois algumas vezes não são solicitadas maiores elucidações. Disse que por ocasião
100 da deliberação do conselho sobre a utilização do recurso do Estado, inicialmente destinado para a Casa de Apoio Dom
101 Pedro Luiz, por ter sido uma reunião tensa, o colegiado não solicitou maiores explicações sobre a alteração da
102 execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. Pontuou que não se opõe à deliberação favorável,
103 contudo reforçou que o colegiado tem que compreender o motivo dessa mudança, considerando que esse sempre foi
104 um serviço de referência, com execução direta pelo Poder Público. Destacou que a primazia da execução dos serviços
105 socioassistenciais é do poder público. Jandira explicou que na ocasião, foi deliberado pelo Serviço de Acolhimento
106 para Jovens Egressos, devido a demanda e também uma vez que este estava elencado como prioridade para o
107 município, inclusive conforme informação do próprio CMAS. Iara explicou que a alteração na execução do serviço de
108 Família Acolhedora, foi aprovada pelo CMAS, e o que subsidiou a decisão e proposta apresentada pela gestão foi o

109 fato de que há muito tempo não se consegue realizar a execução direta em serviços da alta complexidade, que
110 demandam profissionais por 24h, pois não há servidores que tenham essa disponibilidade. Neste serviço, mesmo que
111 realizado de forma qualificada, não se conseguia garantir coordenação por 24h, como também ocorreu com o Abrigo
112 Provisório. Concordou que o ideal seria que todas as execuções fossem através do Poder Público, contudo as equipes
113 das unidades estatais não são suficientes e não temos possibilidade legal de contratação, mesmo com a formalização
114 de um TAC, portanto foi feita a leitura da situação e decidido dessa forma. A conselheira Tina pontuou que o Governo
115 Federal atual tem incentivado a sociedade civil a realizar atividades que são de responsabilidade do Poder Público,
116 por isso temos que nos manter atentos. Cidinha concordou com a Tina em relação a necessidade do conselho ficar
117 atento às ações do Governo Federal que está provocando um desmonte das políticas públicas e trazendo-as para o
118 campo do voluntariado e da caridade. Feitas as considerações, o presidente Óter solicitou a deliberação do colegiado
119 e destacou que independente da mudança o trabalho há de continuar com excelência. Sem mais discussões, o
120 colegiado aprovou a proposta e seguiu-se aos informes, item **5.1 – Reunião Preparatória da Conferência com**
121 **trabalhadores, conselheiros, usuários – HOJE (24.06) – após a reunião ordinária;** Maria Amélia pontuou que ao
122 final desta reunião ordinária terá início a Reunião Preparatória para a Conferência. Disse que em razão do problema
123 na utilização da plataforma da prefeitura (google meet – paga), ao iniciar a reunião ordinária foi necessário realizar a
124 abertura de um novo link, em plataforma gratuita, que tem limite de acesso de pessoas na reunião. Por esse motivo,
125 questionou se os conselheiros concordavam em permanecer no mesmo link para a Reunião Preparatória da
126 Conferência ou se tentaríamos novamente contato com a Informática da Prefeitura para abrir a reunião pela
127 plataforma *google meet* da prefeitura. Com a justificativa de que já havia certo desencontro de informações e dois
128 links disponíveis, decidiram permanecer na sala de reunião online que já estavam presentes e assim foi deliberado.
129 Com relação ao item **5.2 – Abertura Oficial da XII Conferência Municipal de Assistência Social – dia 30 de junho**
130 **– 19h – Plataforma Google Meet**, Maria Amélia informou sobre a data de abertura da conferência e convidou a
131 participação de todos. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às nove horas e trinta minutos (9h30),
132 tendo sido gravada para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-
133 executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.